

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso



Segunda-feira, 16 de Maio de 2022 • ANO VII | N° 1.161

ISSSPL

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2022/ISSSPL/ALMT

O Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito das disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, que efetuou a seguinte contratação:

Espécie: Termo de Acordo de Credenciamento nº 002/2022/ISSSPL/ALMT

Contratada: Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde de Mato Grosso – Sicredi Ouro Verde

Objeto: Operacionalização de consignação em folha de pagamento relativa às concessões de empréstimos e financia-

mentos aos aposentados e pensionistas do ISSSPL.

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses

Data de Assinatura: 22/04/2022

Superintendente do ISSSPL: Edevandro Guandalin

Presidente da ALMT: Dep. Eduardo Botelho

Primeiro Secretário: Dep. Max Joel Russi

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTRATOS

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE DE CONTAS Nº. 001/2022/SCCC/ALMT

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações que efetuou a seguinte Contratação:

Origem: Pagamento Indenizatório Processo 2021/4667.1889-1

Contratada: Info Plus Sistemas Gestão de Patrimônio e Documentos Ltda. – ME.

Objeto: Liquidação do Valor devido pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, relativo ao pagamento dos serviços prestados pela Empresa Info Plus Sistemas Gestão de Patrimônio e Documentos Ltda. - ME, correspondentes aos serviços de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Valor: R\$ 363.000,00 (trezentos e sessenta e três mil reais).

Data da Assinatura: 12/05/2022.

ATO Nº 566/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno;

E considerando as disposições do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo elencados para atuarem junto à fiscalização do Contrato nº 036/2022/SCCC/ALMT, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme Memorando nº 0356/2022-SAP, da Secretaria de Administração e Patrimônio/ALMT, Processo SGED 2022305303986.

CONTRATO	CONTRATADA	ОВЈЕТО	FISCAIS	SUPLENTES
CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO	FISCAIS	SUPLENIES



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso



Segunda-feira, 16 de Maio de 2022 • ANO VII | N° 1.161

	A.W.G Comer-	Empresa especializada no fornecimento	Matrícula/Nome:	Matrícula/Nome:
036/2022	cio e Serviços	de peças para sistemas de condiciona-	41282 Mario Sér-	42527 Júlio César
	LTDA	mento de ar e água.	gio Corassa	Rosa Moraes

Art. 2º Caberá à fiscalização do contrato, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e nas Instruções Normativas SCCC-01/2014 e SCCC-02/ 2014, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, no que for compatível com o contrato em execução:

- I Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade;
- II Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- III Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade e, quando da necessidade de prorrogação da vigência, dar início ao processo com prazo mínimo de 90 (noventa) dias;
- IV Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual:
- V Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
- VI Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
- VII Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- VIII Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- IX Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- X Autorizar formalmente, salvo não houver pendências/irregularidades, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
- XI Encaminhar, após análise e Manifestação Técnica, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- XII Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário, após análise e Manifestação Técnica.
- Art. 3º O descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos à fiscalização implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade administrativa, civil e/ou penal.
- Art. 4º Dê-se ciência aos servidores designados.
- Art. 5º Art. 5º Esta Portaria passa a vigorar e ter validade retroativa a data de 03/05/2022, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRA-SE.

Sala de Reuniões, Cuiabá/MT, 11 de maio de 2022.

Dep. Janaina Riva	Presidente
Dep. Max Russi	1º Secretário